

Com os pés na terra (403)

Depois do ciclo da vaca, o do café?



Por: Teófilo Braga

Nos últimos tempos muitas notícias têm vindo a público sobre o cultivo do café. Uma delas dava conta da formação de uma associação regional que tem como objetivo a comercialização do café, através da instalação nos Açores de uma fábrica. Outra notícia, mais recente associava uma parceria entre a Associação de Produtores Açorianos de Café e uma conhecida empresa continental com vista à venda do “primeiro café 100% português e o primeiro produzido na Europa”.

Existem mais de 100 espécies de cafeeiro, sendo o mais conhecido o cafeeiro arábica (*Coffea arábica* L.) que é originário das zonas montanhosas da Abissínia. De lá foi levado pelos árabes e pelos holandeses para a Ásia. A partir da Ásia terá chegado aos jardins de França e da Holanda e depois à América. Embora não haja provas, pensa-se que terão sido os portugueses a introduzi-lo no Brasil a partir do Oriente.

Não pense o leitor que é recente a chegada do café aos Açores, pois já está entre nós há muito tempo.

Não havendo uma data precisa, pelo menos não conhecemos, para a introdução do café nos Açores, sabe-se que no princípio do século XIX já era cultivado em São Miguel como se constata através de uma nota publicada no volume III das Escavações de Francisco Maria Supico. Na página 1241 pode-se ler: “...O cafezeiro e a cana de açúcar, não obstante terem sido com trabalho e cuidado produtivos em alguns casos, contudo são cultivados principalmente como curiosidade.”

O Dr. Carreiro da Costa, por seu turno, no nº 17 do Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, cita uma nota da autoria de André do Canto segundo o qual “por volta de 1844, havia alguns micalenses que tinham plantado alguns cafeeiros deles colhendo os preciosos grãos com certa abundância”.

No texto referido são mencionados os nomes do Dr. João Borges de Medeiros Amorim que possuía uma “não pequena”

plantação na Lagoa e do sr. Nicolau Maria Raposo do Amaral que da sua propriedade no Rosto do Cão colhia “mais de arroba e meia de grão encascado”.

Relativamente à qualidade do café produzido, André do Canto, referindo-se ao produzido pelo Dr. João Borges de Medeiros Amorim, garante que é boa, como se pode ler no seguinte extrato: “Pela nossa parte, podemos assegurar ser ele de boa qualidade, pois alguma vez o tomámos em sua casa, sempre aromático e mui saboroso, não diremos que igualasse o de Moka, mas certamente era igual, senão superior, ao melhor do Brasil”

Através de uma consulta ao periódico editado pela Sociedade Promotora Agricultura Micaelense, O Agricultor Micaelense, constata-se que o café, em 1848, chegava a São Miguel proveniente do Brasil e da ilha Terceira. No número de maio daquele ano há a referência à chegada de 15 sacas de Pernambuco e no número de julho há a menção a 12 sacas oriundas da ilha Terceira.

Naquele ano já se produzia café em São Miguel, tendo António Feliciano de Castilho feito publicar, no nº 4, d'O Agricultor Micaelense, uma proposta por ele redigida a 12 de março de 1848 cujo conteúdo é o seguinte:

“Atendendo a ser o café género de consumo fácil e caríssimo e a terra desta ilha e os seus ares parecerem mui próprios para criarem o cafeeiro, proponho que, a fim de promover a sua cultura, a SOCIEDADE estipule um prémio para o lavrador de S. Miguel que maior colheita de café manifestar dentro de certo prazo”.

No texto do referido anteriormente, André do Canto escreveu que não acreditava que a cultura do café pudesse “fazer a riqueza de S. Miguel e porventura equiparar-se a das laranjeiras, dos cereais, da seda das plantas oleíferas, etc.”.

Esperamos que, no futuro, o café seja mais uma das culturas de uma agricultura diversificada e respeitadora do ambiente e da saúde que os Açores e os açorianos precisam.



Governo está disposto a analisar carreira específica para dentistas e implicações para depois decidir

Açores assumem posição de liderança nacional na saúde oral pública, destaca Vasco Cordeiro

O Presidente do Governo destacou ontem a posição de liderança que os Açores assumem, a nível nacional, na área da saúde oral pública, que permite que todos os centros de saúde da Região disponibilizem médicos dentistas à população.

“Os Açores são a única região do país que tem médicos dentistas em todos os centros de saúde e, se tivermos em conta a evolução dos serviços que são disponibilizados aos Açorianos nesta área, por exemplo nos últimos seis anos, os números são elucidativos do trabalho que tem sido feito”, afirmou Vasco Cordeiro, após ter recebido o Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas.

No final do encontro com Orlando Monteiro da Silva, que decorreu na cidade da Horta, o Presidente do Governo adiantou que, nos últimos seis anos, registou-se um aumento de cerca de

40 por cento no número de consultas desta área, que chegaram, em 2018, a cerca de 40 mil.

Já ao nível dos recursos humanos, também nos últimos seis anos, verificou-se um acréscimo superior a 55 por cento, referiu Vasco Cordeiro, ao sublinhar que, apesar desta evolução, este é um trabalho que não está acabado.

“Temos a consciência muito clara que este é um trabalho contínuo e de persistência no sentido de garantir que todas as decisões que são tomadas nesta área revertem em benefício dos Açorianos”, assegurou.

Relativamente à pensão da Ordem de criação de uma carreira específica para os médicos dentistas, Vasco Cordeiro adiantou que, da parte do Governo, foi manifestada disponibilidade para analisar e estudar esse assunto, quanto às suas diversas implicações, para, a partir daí, tomar uma decisão.

Autarquia vai transferir 3 mil euros

“Convénio para um Compromisso Estratégico” assinado entre Câmara de Ponta Delgada e Universidade dos Açores

O “Convénio para um Compromisso Estratégico entre a Universidade dos Açores e a Câmara Municipal de Ponta Delgada” foi assinado ontem, na Reitoria, e é válido por um período de três anos. O acordo estabelece os termos de colaboração entre ambas as instituições para o desenvolvimento económico do concelho e o bem-estar social dos seus cidadãos, assente na promoção da formação e qualificação de alto nível, da investigação de base científica e tecnológica, da difusão do conhecimento e da inovação.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, José Manuel Bolieiro, congratulou-se com a formalização da “relação com a Universidade dos Açores que temos mantido e queremos continuar”.

“Creio que vamos potenciar de hoje em diante ainda mais este relacionamento de parceria de desenvolvimento e de prestador de serviços por parte da Academia ao Município, à comunidade no seu todo”, afirmou o edil, na cerimónia de assinatura do documento.

O Reitor da Universidade dos Açores, João Luís Gaspar, destacou a importância da parceria com o Município de Ponta Delgada e afirmou que o convénio assinado hoje “reflete a dinâmica que a UAc empresta ao concelho, à ilha e aos Açores”. “A Câmara Municipal tem sido o expoente que não posso deixar de relevar”, reconheceu.



Apontou um conjunto de programas que já se encontram em desenvolvimento no seio da Universidade dos Açores em parceria com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, como a Academia Júnior, a presença da Câmara Municipal na entrega de prémios de mérito a estudantes da UAc, o apoio ao projecto tecnológico das infraestruturas informáticas da UAc e as colaborações na área do Património, entre outros.

Para o acompanhamento da implementação do convénio e a preparação de propostas conducentes à assinatura de Acordos de Projeto será criado um Grupo de Trabalho Concelhio.

Sem prejuízo dos financiamentos e apoios que se venham a revelar necessários para a concretização dos Acordos de Projeto, a Câmara Municipal de Ponta Delgada transferirá para a academia açoriana um montante de 3 mil euros.